

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

**ASPECTOS RELACIONADOS AO PARCELAMENTO
DA LEI 11.941/2009 E DA LEI INTERPRETATIVA
12.249/2010.**

O presente estudo está adstrito aos efeitos da adesão ao Refis da lei 11.941/09.

De tempos a esta parte, temos assistido a freqüentes iniciativas dos governos federal e estaduais de instituição de programas de parcelamento de débitos fiscais, acompanhados ou não de anistias, com o intuito de pôr fim a litígios - de longa data pendentes no Judiciário e com jurisprudência vacilante - e recuperar créditos.

Muitos integrantes da administração pública têm-se manifestado contra essas iniciativas, a pretexto de que de que tais procedimentos desestimulariam o regular cumprimento das obrigações fiscais, premiando o mau contribuinte em detrimento daquele que cumpre com rigor suas obrigações tributárias.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

Tal postura, porque divorciada da realidade brasileira, tem certamente razões mais ideológicas que práticas.¹

É nítido que o princípio da segurança jurídica, direito fundamental assegurado no caput do 5º da CF, vem sendo, nos últimos tempos, comprometido de forma drástica em nosso País, no campo do direito tributário.²

¹ Como bem observa Paulo Bonavides: “a moderna interpretação facilita o comportamento autoritário dos poderes governantes, que comodamente se divorciam, por essa via evasiva, da rigidez dos cânones constitucionais. Muitos têm visto na hermenêutica dos tribunais que se valem desses métodos, uma volta pura e simples a uma interpretação subjetivista, aquele preferido dos sistemas autoritários ou das formas políticas que emergem de um espasmo revolucionário e fazem do novo direito a base constitutiva do ordenamento social reformado, com assento numa Constituição que lhe serve apenas de respaldo formal Curso de Direito Constitucional, 13ª edição, São Paulo, Malheiros Editores, 2003, p.484.

² Um dos signatários deste parecer, em obras de doutrina, tem ressaltado que, “entre os cinco direitos fundamentais, a segurança jurídica é aquela que torna os demais direitos respeitáveis e respeitados. Sem ‘segurança jurídica’, o direito à vida seria mera matéria de reflexão nos Institutos de filosofia, o direito à liberdade nas Academias Literárias, o direito à igualdade nas Escolas de Sociologia e o direito à propriedade nas Faculdades de Economia. Vale dizer, serviriam apenas para

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

No afã de resolver problemas de caixa, freqüentemente o Governo Federal, ao invés de cortar despesas públicas³ não essenciais ou de buscar o

tertúlias intelectuais, e não para conformar o perfil de uma nação maiúscula ou de uma democracia autêntica. É, pois, a segurança jurídica, o direito fundamental, que alicerça os demais, pois, mais do que um direito, é garantia a ser ofertada pelo Estado para viabilizar a estrutura e o perfil da cidadania. E a 'segurança jurídica' é ofertada, fundamentalmente, pelo Poder Técnico, mais do que pelos poderes políticos, pois o único capaz de assegurar o cumprimento da lei, impondo seu respeito aos demais poderes." (Auto de Infração cancelado por decisão judicial transitada em julgado – Execução fiscal decorrente de auto cancelado – Possibilidade de alegação de coisa julgada em embargos declaratórios) in RDDT 20 - Págs. 96/97.

³ Gilmar Mendes, comentando o art. 58 da LC101, chama atenção para a importância de outras formas de incremento das receitas públicas: “O regime de responsabilidade fiscal não somente prevê o controle de gastos em maior medida. Busca, também, fornecer subsídios para que haja acréscimos significativos nas receitas. Daí o art. 58 enfatizar que a prestação de contas dará especial relevo à situação da arrecadação em relação ao que foi previsto.

Já ressaltamos anteriormente que um dos grandes méritos da lei de responsabilidade fiscal é impor com rigor ao administrador uma visão do gasto público no seu conjunto, devendo, necessariamente, preocupar-se com o que pretende gastar. As previsões de arrecadação inserem-se na mesma necessidade. A minimização dos gastos públicos está em relação direta com a

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

aumento de eficiência na arrecadação pela simplificação da legislação tributária, tem optado pelo aumento da carga impositiva.⁴

maximização da receita pública. Seria pouco ou totalmente ineficaz dar especial relevância ao controle de gastos públicos sem buscar meios de aumentar a receita.” (“Comentários. À Lei de Responsabilidade Fiscal”, ob. cit. p. 351).

⁴ *Mauro Roberto Gomes de Mattos, observa que “Não adianta mudar a filosofia de gestão financeira de gastos se não for implementado treinamento específico para os servidores que irão atuar no respectivo controle”. E cita Carlos Moreno, eminente mestre lusitano, que ressalta a importância da boa gestão financeira no setor público, nos termos seguintes: “Por outro lado, será indispensável, para bem gerir os dinheiros públicos, na sua fase de execução, que as organizações disponham de uma direção, isto é, de dirigentes que, apoiados na organização, estejam aptos a tomar decisões, as mil e uma decisões quotidianas, impostas pelo desenvolvimento da atividade financeira, com vista a atingir as metas e os objetivos, a cumprir as prioridades definidas na fase de planeamento; essencial, em qualquer organização, à tomada das decisões, por vezes complexas, ainda que sob o prisma eminentemente técnico, é a existência de adequados sistemas de informação e de controle interno, fiáveis, para apoio permanente aos dirigentes’.*

.....

“Como é sabido, toda gestão moderna e, também, a gestão financeira, não pode dispensar, para além do mais, o concurso de adequados e fiáveis sistemas de informação e de controlo interno que permitam aos gestores não só bem decidir, como pilotar, aperfeiçoar e corrigir permanentemente a execução da gestão.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

A complexidade da legislação tributária e a sucessão ininterrupta de normas modificando o regime de tributos em curto espaço de tempo, afeta toda a sociedade e até mesmo o Poder Judiciário ⁵, o que

Cremos ser hoje indiscutível que a gestão de recursos vultuosíssimos e poderosíssimos, como são os recursos financeiros públicos, os quais ainda por cima são bem escassos, alheios e confinados, exige meticulosa racionalidade e a adoção de técnicas, de métodos, de critérios, de processos e de meios, enfim, de um tecnicismo e um profissionalismo, tanto quanto possível, próximos dos que são utilizados no domínio da gestão empresarial do setor privado”. (In “Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal”, obra coordenada por Ives Gandra da Silva Martins e Carlos Valder do Nascimento, Saraiva, 2001, p.385.

⁵ Como observa Paulo Nader: “A justiça é o valor supremo do Direito e corresponde também à maior virtude do homem. Para que ela não seja apenas uma idéia e um ideal, necessita de certas condições básicas, como da organização social mediante normas e do respeito a certos princípios fundamentais; em síntese, a justiça pressupõe o valor segurança. Apesar de hierarquicamente superior, a justiça depende da segurança para produzir os efeitos na vida social. Por esse motivo se diz que a segurança é um valor fundante e a justiça um valor fundado. Daí Wilhelm Sawyer ter afirmado em relação ao Direito, que a segurança jurídica é a finalidade próxima; a finalidade distante é a justiça.” Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro, Forense, 1997, p.139.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

pode ser constatado pela dificuldade de se obter, para as mesmas questões jurídicas, decisões uniformes, às vezes no seio do mesmo Tribunal. ⁶

⁶ *Sobre a impossibilidade de as dificuldades de caixa prevalecerem sobre do direito, é digno de nota é o voto do Ministro Marco Aurélio, no RE 166772-9/RS, DJ 16.12.94, (Tribunal Pleno): “Já disse, linhas atrás, que está em tela uma ciência. Assim enquadrado o Direito, o meio justifica o fim, mas não este àquele. Compreendo as grandes dificuldades de caixa que decorrem do sistema de seguridade social pátrio. Contudo, estas não podem ser potencializadas, a ponto de colocar-se em plano secundário a segurança, que é o objetivo maior de uma Lei Básica, especialmente no embate cidadão-Estado, quando as forças em jogo escorrem em descompasso. Atente-se para a advertência de Carlos Maximiliano, isto a dosar-se a carga construtiva, cuja existência, em toda interpretação, não pode ser negada: ‘Cumpra evitar não só o demasiado apego à letra dos dispositivos, como também o excesso contrário, o de forçar a exegese e deste modo encaixar na regra escrita, graças à fantasia do hermeneuta, as teses pelas quais se apaixonou, de sorte que vislumbra no texto idéias apenas existentes no próprio cérebro, ou no sentir individual, desvairado por ojerizas e pendores, entusiasmos e preconceitos ‘Hermenêutica e Aplicação do Direito – Ed. Globo, Porto Alegre – segunda edição, 1933 – pág. 118’.E realmente assim o é. Conforme frisado por Celso Antônio Bandeira de Melo, não cabe, no exercício da arte de interpretar, inserir na regra de direito o próprio juízo – por mais sensato que seja – sobre a finalidade que ‘conviria’ fosse ela perseguida’- parecer inédito.”*

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

Por essa razão, a pacificação do entendimento acaba só sendo obtida na instância suprema, na melhor das hipóteses, depois de uma década.⁷

⁷ *Veja-se o desabafo do Ministro Humberto Costa no AgRg no REsp 382.736-SC, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 25.02.2004, Primeira Seção, quanto aos problemas gerador ao contribuinte pela instabilidade das decisões sobre um mesmo tema jurídico : “Dissemos sempre que sociedade de prestação de serviço não paga a contribuição. Essas sociedades, confiando na Súmula nº 276 do Superior Tribunal de Justiça, programaram-se para não pagar esse tributo. Crentes na súmula elas fizeram gastos maiores, e planejaram suas vidas de determinada forma. Fizeram seu projeto de viabilidade econômica com base nessa decisão. De repente, vem o STJ e diz o contrário: esqueçam o que eu disse; agora vão pagar com multa, correção monetária etc., porque nós, o Superior Tribunal de Justiça, tomamos a lição de um mestre e esse mestre nos disse que estávamos errados. Por isso, voltamos atrás. Nós somos os condutores, e eu Ministro de um Tribunal cujas decisões os próprios Ministros não respeitam sinto-me, triste. Como contribuinte, que também sou, mergulho em insegurança, como um passageiro daquele vôo trágico em que o piloto que se perdeu no meio da noite em cima da Selva Amazônica: ele virava para a esquerda, dobrava para a direita e os passageiros sem nada saber, até que eles de repente descobriram que estavam perdidos: O avião com o Superior Tribunal de Justiça está extremamente perdido. Agora estamos a rever uma Súmula que fixamos há menos de um trimestre. Agora dizemos que está errada, porque alguém nos deu uma lição dizendo que essa Súmula não devia ter sido feita assim. Nas praias de Turismo, pelo mundo afora, existe um brinquedo em que uma enorme bóia, cheia de pessoas é arrastada por uma lancha. A função do piloto dessa lancha é fazer derrubar as*

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

Em conseqüência, vive o contribuinte momentos de particular incerteza do direito, decorrente não só da complexidade inerente ao regime dos tributos – a impedi-lo de conhecer, compreender e assimilar sua dinâmica e o que pode ou não pode fazer – até a total desconfiança no ente estatal, que o surpreende, a cada instante, não permitindo, muitas vezes, que encontre nos tribunais, a estabilidade necessária para planejar e desenvolver sua atividade econômica.⁸

peças montadas no dorso da bóia. Para tanto, a lancha desloca-se em linha reta e, de repente, descreve curvas de quase noventa graus. O jogo só termina, quando todos os passageiros da bóia estão dentro do mar. Pois bem, o STJ parece ter assumido o papel do piloto dessa lancha. Nosso papel tem sido derrubar os jurisdicionados. Peço vênias para acompanhar o Ministro Peçanha Martins”.

⁸ *A importância da atuação do Poder Judiciário para que o direito cumpra seu fim é destacada em trabalho publicado no livro Crédito Prêmio Estudos e Pareceres, São Paulo, Minha Editora e Manole, 2005, p. 105, nos seguintes termos: “De fato, para que haja paz social, estabilidade das relações jurídicas e progresso econômico é essencial que as expectativas jurídicas não sejam frustradas pelo Poder Judiciário. O Judiciário não pode fugir da missão de guardião da segurança jurídica, sob pena de comprometer a própria Justiça. Não há direito justo que seja inseguro, chegando Goethe a afirmar ser preferível certa dose de injustiça à desordem, que decorre, inexoravelmente, da*

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

São patentes as restrições que, a pretexto da celeridade na tramitação dos processos, vem sofrendo o direito de defesa do contribuinte, quer veiculadas por lei, quer por atos administrativos, cujo conteúdo é a instituição de sanções políticas⁹ que dificultam a discussão administrativa e judicial da legalidade do ato tributário.

Exemplo disso é a recusa da administração tributária em expedir certidão de regularidade fiscal relativamente àqueles que se encontram em juízo, discutindo a validade de exigências tributárias. Muitas vezes, torna-se impossível o prosseguimento

quebra de segurança jurídica”. Ives Gandra da Silva Martins e Claudia Fonseca Morato Pavan.

⁹ Interessante consultar a respeito trabalhos sob os títulos “Reflexões sobre o custo da Burocracia – Impacto na Atividade empresarial brasileira”, e “CND e os impactos na concorrência Global: a realidade de outros países – Junho 07”. Preparados por Price Waterhouse & Coopers e pela Câmara Americana de Comércio, coordenado por Elidie Palma Bifano, Luciana Aguiar e Cláudio Vieira.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

da discussão judicial, de vez que, sem esse documento, a pessoa jurídica fica impedida de realizar praticamente todos os atos da vida social, por se tratar de **documento imprescindível para o desenvolvimento regular das atividades da empresa.**

Num reconhecimento implícito das dificuldades enfrentadas pelas empresas em arcar com todas as obrigações, principais e acessórias, geradas tanto pelo peso da carga tributária, quanto pela complexidade da legislação, é que o Governo Federal, vem, nos últimos tempos, editando programas de parcelamento de débitos, conjugados, algumas vezes, com anistias (desoneração de juros e de multas).

Longe de se tratar de desestímulo ao cumprimento das obrigações tributárias, a iniciativa pode ser um meio legítimo para a recuperação de créditos, para a pacificação social e para permitir que as empresas, uma vez saneadas, continuem existindo, competindo,

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

gerando empregos e tributos, enfim, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

De início, foram editados o REFIS Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) Lei n. 9964/00, o Parcelamento Especial (PAES) pela Lei 10.684/03, e o Parcelamento Excepcional (PAEX) MP 303/06, além dos parcelamentos ordinários, que sempre existiram.

A implementação desses programas, entretanto, não se revelou fácil, em virtude das condições que foram impostas ao contribuinte, muitas vezes de impossível cumprimento.

Alguns deles, por exemplo, exigiam que o contribuinte incluísse todos os débitos pendentes. Pelas dificuldades inerentes à aplicação legislação tributária, em inúmeros casos o contribuinte não lograva identificar, no momento da adesão, todas as pendências tributárias em aberto, acabando por vir a ser excluído do programa, quando a Receita Federal

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

identificava débito por ele não indicado, quer por falha, quer por desconhecimento de sua existência.

Em outros casos, foi permitido que o contribuinte escolhesse os débitos a parcelar, ficando a concessão do parcelamento a depender de homologação por parte de um Comitê Gestor, que jamais se desincumbiu a tempo e a hora, das tarefas que a lei lhe atribuiu.

Outros ainda condicionavam a concessão do parcelamento ao oferecimento de garantia que fosse aceita pelo fisco, condição dificilmente possível de ser adimplida pelo contribuinte endividado; ou ainda, da homologação, pelo Poder Judiciário, do pedido de desistência de ações judiciais, obrigatoriamente formulado pelo contribuinte, mas que contava sempre com a discordância da Procuradoria da Fazenda Nacional, por motivos ideológicos, ou mesmo pela atuação em defesa de seus honorários no processo.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

Diante dos fracassos dos programas anteriores e levando em conta a gravidade da crise mundial que, no período de 2008/2009, ameaçava chegar ao País, o Governo Federal, resolveu adotar uma postura mais responsável e coerente com a realidade. Reconhecendo a jurisprudência vacilante sobre vários pontos da legislação tributária, refletida em intermináveis pendências que se arrastavam há décadas e, ainda, o insucesso das iniciativas anteriores devido a exigências não razoáveis, procurou formular um programa de solução de litígios e recuperação de créditos melhor estruturado. Dotando-o de uma dinâmica envolvendo fisco e contribuinte, escolheu formas e procedimentos que se mostrassem realmente eficientes, afastando os entraves e inconsistências que haviam comprometido os demais programas.

Surgiu, assim, a MP 449/2008, depois convertida na Lei 11.941/09, que veio instituir a possibilidade de pagar ou parcelar débitos de todo tipo: saldos de

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

parcelamentos anteriores, mesmo que tivesse havido exclusão; débitos decorrentes de aproveitamento indevido de créditos de IPI; débitos que se encontravam, em discussão administrativa ou judicial, etc. A lei deixa claro que sua abrangência alcança créditos constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, junto à Secretaria da Receita Federal, **mesmo em fase de execução junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**, como se vê do art. 1º, da Lei, ‘verbis’:

“Art. 1º Poderão ser pagos ou parcelados, em até 180 (cento e oitenta) meses, nas condições desta Lei, os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, inclusive o saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a [Lei no 9.964, de 10 de abril de 2000](#), no Parcelamento Especial – PAES, de que trata a [Lei no 10.684, de 30 de maio de 2003](#), no Parcelamento Excepcional – PAEX, de que trata a [Medida Provisória no 303, de 29 de junho de 2006](#), no parcelamento previsto no [art. 38 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991](#), e no parcelamento previsto no [art. 10 da Lei no](#)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,

Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,

Advogada em São Paulo e Professora do Centro de Extensão Universitária.

10.522, de 19 de julho de 2002, mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos, bem como os débitos decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI oriundos da aquisição de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com incidência de alíquota 0 (zero) ou como não-tributados”.

Os arts. 3º. a 13 do referido diploma estabelecem as condições para ingresso no programa, estipulando que a **adesão ao parcelamento dar-se-ia por iniciativa do contribuinte, devendo ser formulada no prazo e nas condições previstas na lei, no site da Receita Federal do Brasil ou da Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme o caso; que houvesse desistência de eventuais ações ajuizadas por ele promovidas; e que o pagamento de primeira prestação se desse até o último dia do mês da adesão.**

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

Posteriormente, o procedimento veio a ser explicitado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 6, segundo a qual, **feita a opção, a desistência de eventuais ações e o pagamento, caberia à Administração expedir ato administrativo (Portaria Conjunta da RFB e da PGFN) estabelecendo o prazo para o contribuinte apresentar informações para que os débitos pudessem ser consolidados pelo credor.**

Confira-se:

*“Art. 12. Os requerimentos de adesão aos parcelamentos de que trata esta Portaria ou ao pagamento à vista com utilização de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL, na forma do art. 28, **deverão ser protocolados exclusivamente nos sítios da PGFN ou da RFB na Internet, conforme o caso, a partir do dia 17 de agosto de 2009 até as 20(vinte) horas (horário de Brasília) do dia 30 de novembro de 2009, ressalvado o disposto no art. 29.***

...
§ 3º Somente produzirão efeitos os requerimentos formulados com o correspondente pagamento da 1º(primeira)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

prestação, em valor não inferior ao estipulado nos arts. 3º e 9º, conforme o caso, que deverá ser efetuado até o último dia útil do mês em que for protocolado o requerimento de adesão.”

“Art.15. Após a formalização do requerimento de adesão aos parcelamentos, será divulgado, por meio de ato conjunto e nos sítios da PGFN e da RFB na Internet, o prazo para que o sujeito passivo apresente as informações necessárias à consolidação do parcelamento.”

Como se vê, diferente do que ocorria nos demais programas, **a Lei 11.941/09 previu um regime cuja dinâmica é composta de algumas ações atribuídas ao contribuinte e outras à Administração Pública,** identificando-se quatro etapas:

- A primeira, a cargo do contribuinte, representada pela adesão, a ser realizada mediante manifestação pela internet, nos site da PGFN ou da RFB, conforme o caso, e pagamento da primeira prestação.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

- A segunda, a cargo do fisco/credor, a quem, nos termos do art. 15 supra transcrito, foi atribuída a obrigação de divulgar, **por meio de ato conjunto e nos sítios da PGFN e da RFB na Internet, o prazo dentro do qual deveria o sujeito passivo apresentar as informações necessárias à consolidação do parcelamento**
- A terceira, novamente atribuída ao contribuinte, de prestar as informações necessárias à consolidação de todos os débitos que pretenderia parcelar, no prazo estabelecido pelo credor.
- A quarta, a etapa de consolidação, a cargo da autoridade fiscal.

Ora, tendo em vista que das **condutas atribuídas exclusivamente à Administração dependem os atos subseqüentes do contribuinte**, à evidência, a adesão, na forma estabelecida em lei, só pode ter tido o efeito automático de suspender a exigibilidade do crédito tributário.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

Leve-se em conta que a segunda etapa só foi cumprida pela autoridade administrativa em 3 de maio de 2010, mediante a Portaria Conjunta no 03/2010, impondo àqueles que aderiram aos benefícios da lei 11.941/2009, a obrigação de indicar definitivamente os débitos incluídos para pagamento ou parcelamento no período compreendido entre 1 de junho de 2010 a 30 de junho de 2010 **e que esse prazo foi prorrogado para 30 de julho de 2010, - para aqueles que não optaram pelo parcelamento de todas as dívidas** - pela recente Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 11, de 24 de junho de 2010, que prevê:

“Art. 1º O optante que, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB no 3 de 2010, manifestar-se pela não inclusão da totalidade de seus débitos nos parcelamentos previstos nos arts. 1º a 3º da Lei n. 11.941 de 2009, deverá indicar, pormenorizadamente, os débitos a serem incluídos nos parcelamentos até 30 de julho de 2010.”

Assim, se os processos de execução não tivessem sido sobrestados da data da promulgação da lei, até o momento em que a Administração autorizou a

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

prestação de informações para a consolidação, dizer que o programa alcança débitos em execução seria um falácia, pois os atos de exigibilidade relativos à expropriação dos bens penhorados já teriam sido praticados, mormente em face do que dispõe o art. 12, § 6º da Portaria n. 6, segundo o qual o requerimento de adesão ao parcelamento:

“implicará a confissão irrevogável e irretratável dos débitos abrangidos pelo parcelamento em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte ou responsável, configurara confissão extrajudicial nos termos dos arts. 348, 353 e 354 as Lei no. 5869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil e sujeitará o requerente à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Portaria.”

Ora, **se a adesão não tivesse o condão de suspender automaticamente a exigibilidade do crédito, a prática desse ato, revestido dos efeitos de confissão irrevogável e irretratável, ensejaria a imediata exigibilidade do crédito tributário, retirando toda a seriedade e utilidade do**

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

programa, transformado em armadilha contra o contribuinte e em manifesta agressão ao princípio da moralidade, consagrado no art. 37 da CF.¹⁰

Carece, pois, de razoabilidade¹¹ negar à adesão o condão de suspender automaticamente a exigibilidade

¹⁰ Reza o art. 37 e inciso XXI da CF: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

¹¹ O princípio da razoabilidade ou, como querem alguns, da princípio da proporcionalidade tem assento constitucional no art. 5º, LIV da CF e tem sido aplicado pelo Eg. Supremo Tribunal Federal para atalhar medidas públicas e até, prescrições normativas, que se mostrem desarrazoadas, desnecessárias ou excessivamente onerosas. Confirmam-se os seguintes precedentes:

- ADIn 1158-8:

“Todos sabemos que a cláusula do devido processo legal – objeto de expressa proclamação pelo art. 5º, LIV, da Constituição - deve ser entendida, a abrangência de sua noção conceitual, não só no aspecto meramente formal, que impõe restrições de caráter ritual à atuação do Poder Público, mas, sobretudo em sua dimensão material, que atua como decisivo obstáculo à edição de atos legislativos de conteúdo arbitrário ou irrazoável. A essência do ‘substantive due process of law’ reside na necessidade de proteger os direitos e as liberdades das pessoas contra qualquer modalidade de legislação que se revele opressiva ou, como no

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

caso, destituídas do necessário coeficiente de razoabilidade. Isso significa, dentro da perspectiva da extensão da teoria do desvio de poder ao plano das atividades legislativas do Estado, que este não dispõe de competência para legislar ilimitadamente, de forma imoderada e irresponsável, gerando, com o seu comportamento institucional, situações normativas de absoluta distorção e, até mesmo, de subversão dos fins que regem o desempenho da função estatal”. (Apud. Paulo Brossard de Souza Pinto e Fábio Brun Goldschmidt, RDDT 54/80)

- SS 1.320, DJ 14.4.1999, item nº 524

“Impõe-se ter presente, finalmente, que o poder-dever que incumbe ao Estado de intervir em atividades consideradas prejudiciais à saúde pública encontra limitações no próprio texto da Constituição da República, que não admite e nem tolera a edição de atos estatais vinculadores de restrições desvestidas de razoabilidade.

Essa, no fundo, simultaneamente com os temas da reserva constitucional de lei formal e da liberdade de iniciativa empresarial, traduz a questão básica, cuja discussão – vinculada ao princípio do substantive due process of law – acha-se em curso no processo mandamental de que se originou o acórdão ora questionado.

Os temas suscitados no processo mandamental assumem inquestionável relevância jurídico-constitucional, notadamente a controvérsia que, na espécie ora em exame, põe em evidência o princípio da proporcionalidade.

...

Coloca-se em evidência, neste ponto, o tema concernente ao princípio da proporcionalidade, que se qualifica – enquanto coeficiente de aferição da razoabilidade dos atos estatais CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, ‘Curso de Direito Administrativo’, págs. 56/57, itens nºs. 18/19, 4ª ed., 1993, Malheiros; LÚCIA VALE FIGUEIREDO, ‘Curso de Direito Administrativo’, pág. 46, item n. 3.3, 2ª ed., 1995, Malheiros) –

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

dos créditos tributários de responsabilidade do contribuinte, pois, como bem ensina Carlos Maximiliano ¹²:

“Deve o direito ser interpretado inteligentemente; não de modo que a ordem legal envolva um

como postulado básico de contenção dos excessos do Poder Público.

Essa é a razão pela qual a doutrina, após destacar a ampla incidência desse postulado sobre os múltiplos aspectos em que se desenvolve a atuação do Estado – inclusive sobre a atividade estatal de produção normativa – adverte que o princípio da proporcionalidade, essencial à racionalidade do Estado Democrático de Direito e imprescindível à tutela mesma das liberdades fundamentais, proíbe o excesso e veda o arbítrio do Poder, extraindo a sua justificação dogmática de diversas cláusulas constitucionais, notadamente daquela que veicula, em sua dimensão substantiva ou material, a garantia do ‘due process of law’ (RAQUEL DENIZE STUMM, ‘Princípio da Proporcionalidade no Direito Constitucional Brasileiro’, págs. 159/170, 1995,).

Como precedentemente enfatizado, o princípio da proporcionalidade visa a inibir e neutralizar o abuso do Poder Público no exercício das funções que lhe são inerentes, notadamente no desempenho da atividade de caráter legislativo e regulamentar. Dentro dessa perspectiva, o postulado em questão, enquanto categoria fundamental de limitação dos excessos emanados do Estado, atua como verdadeiro parâmetro de aferição da própria constitucionalidade material dos atos estatais”.

.....

¹² *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, 10^a edição, Forense, Rio de Janeiro, p. 166

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

absurdo, prescreva inconveniências, vá ter a conclusões inconsistentes ou impossíveis.”

O sentido da lei e de sua regulamentação só pode, portanto, ter sido a de que **a adesão propiciasse ao contribuinte uma situação de regularidade provisória, sobrestando qualquer ato de exigibilidade, até que se ultimasse o procedimento de consolidação dos débitos e cumprimento do parcelamento.**

Até porque não se compadece com o princípio moralidade comportamento da Administração Pública **defraudador da confiança do contribuinte que, de boa fé e impelido pelas condições do parcelamento, confessa seus débitos e renuncia à discussão judicial, com o propósito de regularizar sua situação fiscal.** A persistência no uso de meios coativos para satisfazer anseios arrecadatários e executar créditos do contribuinte mesmo quando a lei

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

lhe garante o parcelamento do débito em execução, é, nitidamente, contrária à legalidade.

Tal conduta, além de violar a lei e distorcer a sua finalidade, desatende, também, o princípio da indisponibilidade do interesse público, que, no caso, é ofertar ao contribuinte os meios para encerrar litígios e alcançar a regularidade fiscal, sem riscos de inviabilizar o seu empreendimento.

Note-se que o inciso II do §16 do artigo 1º. da Lei 11.941/2009, embora se referindo à pessoa física, explicita a suspensão da exigibilidade, ao estabelecer:

...
§16. Na hipótese do inciso II do § 15 deste artigo:

...
II – fica suspensa a exigibilidade de crédito tributário, aplicando-se o disposto no art. 125 combinado com o inciso IV do parágrafo único do art. 174, ambos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional;..”

(grifamos)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

não havendo razão plausível para que à pessoa jurídica se dê tratamento diverso.

Já segundo a Portaria Conjunta PGFN/RFB 06/2009, **a própria consolidação dos débitos**, ou seja, o ato final, após a apresentação das informações pelo contribuinte, **terá efeitos retroativos à data do requerimento de adesão.**

Confira-se:

“Art. 19. Considera-se deferido o pedido de parcelamento na data em que o sujeito passivo concluir a apresentação das informações necessárias à consolidação de que trata o art. 15.

*Parágrafo único. **Os efeitos do deferimento retroagem à data do requerimento de adesão.**” (grifos nossos)*

Essa previsão justifica-se, uma vez que inexistente prazo legal para que a Administração proceda às apurações e ultime os processos de parcelamento. Mas, para ser implementada, é imprescindível que, tratando-se de créditos objeto de execução, não tenham sido

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

praticados atos expropriatório dos bens penhorados. Se assim não fosse, não haveria sentido na disposição segundo a qual a lei alcança também os débitos em processo de execução.

Portanto, por imperativo de razoabilidade¹³ e dos

¹³ - Ainda sobre o princípio da razoabilidade, consulte-se a ADI 1063-DF, Rel. E. Min. Celso de Mello (Informativo STF 225):

“SUBSTANTIVE DUE PROCESS OF LAW E FUNÇÃO LEGISLATIVA: A cláusula do devido processo legal – objeto de expressa proclamação pelo art. 5º, LIV, da Constituição – deve ser entendida, na abrangência de sua noção conceitual, não só sob o aspecto meramente formal, que impõe restrições de caráter ritual à atuação do Poder Público, mas, sobretudo, em sua dimensão material, que atua como decisivo obstáculo à edição de atos legislativos de conteúdo arbitrário. A essência do substantive due process of law reside na necessidade de proteger os direitos e as liberdades das pessoas contra qualquer modalidade de legislação que se revele opressiva ou destituída do necessário coeficiente de razoabilidade.

Isso significa, dentro da perspectiva da extensão da teoria do desvio de poder ao plano das atividades legislativas do Estado, que este não dispõe da competência para legislar ilimitadamente, de forma imoderada e irresponsável, gerando, com o seu comportamento institucional, situações normativas de absoluta distorção e, até mesmo, de subversão dos fins que regem o desempenho da função estatal. O magistério doutrinário de CAIO TÁCITO.

...” (grifos no original)

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

objetivos da instituição do programa, a formalização da adesão e o seu deferimento implicou, necessariamente, a suspensão automática da exigência do débito e do andamento da execução ajuizada, independente que qualquer solicitação no processo ou manifestação do Juízo que preside o processo judicial, pois a lei previu que a manifestação do contribuinte se desse pela internet, sem maiores formalidades.

E é razoável que assim seja, em primeiro lugar porque, tratando-se de moratória, é a Administração a única com competência para deferi-la. Se a lei estabelece um procedimento de adesão, deferimento e consolidação do débito, atribuindo à autoridade administrativa as providências necessárias para sua implementação, enquanto não tomadas essas providências, descabe dar prosseguimento a atos de exigibilidade do crédito, nulificando o programa instituído, pelo menos para aqueles contribuintes que

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

sofrem execução fiscal.

Esse o entendimento dos Tribunais acerca do parcelamento objeto da Lei 11.941/09, como se vê do Acórdão proferido pela 1ª. Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª. Região no Agravo de Instrumento n. 2009.04.00.035623-5/PR (DE 16.12.2009), assim ementado:

*“Execução Fiscal Parcelamento. Requerimento de Adesão. Recolhimento da primeira prestação. **Impossibilidade de prosseguimento da execução fiscal. Suspensão.***

- 1. A adesão ao parcelamento instituído pela Lei n. 11.941/09 e regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 06/2009 é possível desde 17 de agosto de 2009.***
- 2. Já tendo formulado o requerimento de adesão ao parcelamento instituído pela lei 11.941/09 e efetuado o recolhimento da primeira prestação, não mais se pode permitir o prosseguimento da execução fiscal, devendo a mesma ser suspensa enquanto perdurar o parcelamento.***
- 3. Agravo de instrumento provido”.*

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

No mesmo sentido decisão no agravo de instrumento no. 2009.04.00.017990-8/PR. Depois de analisar as peculiaridades do regime da Lei n. 11941/09 em confronto com os demais parcelamentos, a douta Relatora Juíza Federal Eloy Bernst Justo, do TRF da 4ª Região, ressalta a necessidade de sobrestamento da execução para que a Administração edite os atos necessários a ultimar o parcelamento:

“10 – Afigura-se incontroverso serem os termos da moratória da Lei no. 11.941/2009 mais benéficos ao contribuinte. E não apenas no tocante à cifra que terá ele de despendar mensalmente, mas, inclusive, no que concerne à redução do percentual dos acréscimos que são agregados ao valor do débito principal, tal como as multas de mora e de ofício.

11 – Outrossim, existe um benefício maior, justamente nas multas de mora e de ofício, para o parcelamento de débito que anteriormente, não tenha sido objeto de similar benefício.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,

Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,

Advogada em São Paulo e Professora do Centro de Extensão Universitária.

12 – Nesse contexto, deve-se ter em mente ser o primaz objetivo do estado, ao regular e instituir a moratória, ver satisfeito o crédito que lhe é devido. Sendo assim, não é razoável direcionar o contribuinte a uma modalidade de parcelamento que lhe propicia maior ônus pecuniário ao insular argumento de não estar, momentaneamente, definidas as regras administrativas necessárias para que perfectibilizado o benefício de similar jaez previsto em lei nova.

13 – Assim, estão presentes os quesitos ensejadores do deferimento da tutela de urgência, quais seja, a verossimilhança da alegação e o fundado receio quanto a irreparabilidade do dano, caracterizado esse na vulneração dos serviços prestados pelo recorrente à população de Guarapuava/PR.

14 – Entretanto, não se faz necessário seja a execução sobrestada por 180 dias. Consoante já referido, a Administração deverá editar ato normativo acerca do Refis da crise antes do

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,

Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,

Advogada em São Paulo e Professora do Centro de Extensão Universitária.

término de julho de 2009. Por conseguinte, um prazo de 90 (noventa) dias é adequado e suficiente para que, regulamentado o parcelamento, disponha o contribuinte de um mês para realizar a adesão.

15 – Frente a esse quadro, forte no que prevê o art. 527, inciso III do CPC, defiro em parte a antecipação da pretensão recursal, determinando o sobrestamento da execução fiscal no....., aí compreendidos os atos de expropriação já designados, pelo prazo de 90 (noventa) dias.(...)”

É certo que, alguns julgados, sem atentar para as diferenças existentes entre o regime desse parcelamento e o dos demais programas (REFIS, PAES, PAEX) aplicaram a mesma orientação que prevaleceu para aqueles casos – em que as providências competiam apenas ao contribuinte -, entendendo que somente a homologação pela

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

autoridade fiscal teria o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário.

Por outro lado, é fato notório, amplamente divulgado pela imprensa, que diversos Procuradores da Fazenda Nacional, discordando da instituição do programa de parcelamento – como se coubesse a eles, e não aos Poderes Legislativo e Executivo curar o interesse público - passaram a desafiar a lei, insistindo em dar prosseguimento aos processos de execução de débitos objeto da adesão, fazendo **"letra morta" dos princípios a que estão adstritos por força do art. 37, "caput" da CF, mormente os da moralidade e eficiência.**¹⁴

Para atalhar tanto a interpretação das normas do programa incompatíveis com a sua estrutura e, bem assim, fazer valer o interesse público sobre as

¹⁴ Vide notícia publicada no jornal Valor Econômico – Legislação e Tributos de 10.6.2010, dando conta de que o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ) entrou com representação no Ministério Público Federal, questionando o procedimento de parcelamento.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

preferências de servidores da administração, foi promulgada, em 22 de junho de 2010, a Lei 12.249, cujo art. 127 estabelece:

“Art. 127 – Até que ocorra a indicação de que trata o art. 5º da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, os débitos de devedores que apresentaram pedidos de parcelamento previstos nos arts. 1º, 2º, 3º, da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, vencidos até 30 de novembro de 2008, que tenham sido deferidos pela administração tributária devem ser considerados parcelados para os fins do inciso VI do art. 151 da lei no. 5172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Parágrafo único - A indicação de que trata o art. 5º da lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009, poderá ser instada a qualquer tempo pela administração tributária.”

Referido dispositivo, de caráter expressamente interpretativo, aplicando-se a todas as adesões inclusive retroativamente, nos termos do que dispõe o art. 106, I do CTN¹⁵, deixa claro que até

¹⁵ Reza do art. 106 I do CTN:

“Art. 106 – A lei aplica-se a ato ou fato pretérito.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

que o contribuinte faça a indicação dos débitos a serem objeto da consolidação, os débitos objeto de pedidos de parcelamento que tiverem sido deferidos - porque feitos no prazo e na forma legal -, devem ser considerados parcelados e aptos a suspender a exigibilidade do crédito tributário, para os fins do inciso VI do art. 151 do CTN, que dispõem:

“Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

*...
VI – o parcelamento;”*

Diante da explicitação legal, não mais prevalecem interpretações que pretendam dar prosseguimento a atos de exigibilidade de débitos relativamente aos quais o contribuinte manifestou a sua adesão ao parcelamento.

I – em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados”.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito da Universidade Mackenzie em cuja
Faculdade de Direito foi Titular de Direito Constitucional;

FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA,
Advogada em São Paulo e Professora do
Centro de Extensão Universitária.

São Paulo, 30 de Junho de 2010.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

FÁTIMA FERNANDES R. DE SOUZA

IGSM/FFRS

P2010-008 ADAP PAR